

A BUSCA DE UMA NOVA NARRATIVA: O CASO DAS ESQUERDAS LATINO-AMERICANAS

THE SEARCH FOR A NEW NARRATIVE: THE CASE OF THE LATIN AMERICAN LEFTS

Fábio HOFFMANN*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo propor uma abordagem analítica sobre a experiência dos governos de esquerda nas democracias latino-americanas diferente da tradicional. Ele entende a ascensão, crise e derrocada dos governos de esquerda dentro do quadro de uma crise mais ampla do modelo de democracia liberal pelo mundo. A análise é feita a partir de dados longitudinais do Projeto Variedades de Democracia (V-Dem) e depreende a presença de uma capacidade de Estado limitada na região e a dificuldade de institucionalização do modelo de democracia liberal nesses países. Os resultados apontam que as democracias latino-americanas sucumbiram ou passam por crises agudas porque, os sucessivos governos, não conseguem entregar políticas públicas de qualidade para a sua população, isso em grande medida também por causa da presença de uma cultura política híbrida e fragmentária, traços peculiares da herança ibérica.

Palavras-Chave: Esquerdas. Democracia. Capacidade do Estado. América Latina.

Abstract: This paper aims to propose an analytical approach on the experience of left-wing governments in Latin American democracies different from the traditional one. It understands the rise, crisis, and overthrow of left-wing governments within the framework of a broader crisis of the liberal democracy model in the world. The analysis is based on the longitudinal data of the Varieties of Democracy Project (V-Dem) and it sees the presence of a limited State capacity in the region and the difficulty of institutionalizing the model of liberal democracy in these countries. The results point out that Latin American democracies have succumbed to or are experiencing acute crises because the successive governments fail to deliver quality public policies for their population, largely because of the presence of a fragmented and hybrid political culture, peculiar features of the Iberian heritage.

Keywords: Lefts. Democracy. Capacity of the State. Latin America.

Submetido em 14/06/2018.

Aceito em 02/02/2019.

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Especialização em Marketing, Direito Eleitoral e Partidário pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Bacharel em Ciência Política pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Desenvolve estudos nas áreas de democratização, capital social, confiança nas instituições políticas e qualidade da democracia. Av. Borges de Medeiros, 915, Sala 303, Centro Histórico, Porto Alegre, Brasil. CEP: 90020-025. E-mail: <molahms@gmail.com>.

Introdução

A Guinada à Esquerda ou Onda Rosa marca um período em que governos de esquerda chegam ao poder na América Latina. Esse movimento é iniciado pela eleição do ex-militar Hugo Chávez na Venezuela (1998), Luís Inácio Lula da Silva no Brasil (2002) e Néstor Kirchner (2003) na Argentina. Seguido pela Bolívia, Equador, Paraguai e Uruguai (ROCHA, 2015; LEVITSKY; ROBERTS, 2011; SILVA, 2011).

O fenômeno da Onda Rosa pode ser caracterizado como consequência do fracasso da tentativa de implementação de programas neoliberais na região. Mas o desapontamento não se restringe apenas ao campo econômico. Catterberg e Moreno (2005) e Moisés (2008) pesquisando as atitudes e os valores da região encontraram uma espécie de decepção “pós-lua de mel” com a (re) democratização. Houve, portanto, uma dupla frustração, uma com as promessas neoliberais e outra com a ilusão de que com a instauração da democracia, os problemas dos latino-americanos estariam resolvidos.

Esse trabalho analisa a ascensão, crise e derrocada das esquerdas latino-americanas dentro de um quadro mais amplo: a fragilidade da institucionalização democrática na América Latina aliada a uma baixa capacidade dos Estados latino-americanos de entregar políticas públicas de qualidade, fatores inscritos na crise do modelo de democracia liberal. Essa análise busca compreender a decadência do chamado “ciclo progressista” sob o ângulo da peculiaridade da cultura política regional, que nesse entendimento não favorece a institucionalização proposta pelo modelo de democracia liberal importado dos países do norte.

Primeiramente, é feito um breve debate dos conceitos-chave para essa análise. Dessa forma, os conceitos de ideologia, esquerda e populismo são tornados instrumentais para que possamos seguir adiante. Essa definição *a priori* é importante porque são conceitos carregados de uma bagagem normativa que pode prejudicar a compreensão que pretendemos passar quando os governos de esquerda forem analisados. Em seguida, é traçado um rápido panorama da ascensão, crise e derrocada das esquerdas nos governos de países da América Latina.

Em um segundo momento, buscamos realçar o papel que as especificidades da cultura política regional têm para a instabilidade de governos, dentre eles os governos que fizeram e fazem parte desse momento denominado de “ciclo progressista”. Destacamos que a importação de modelos liberais de democracia tem encontrado uma resistência à institucionalização, devido a inúmeros fatores, dentre os quais, personalismo, clientelismo, patrimonialismo e populismo. A importação do modelo liberal de democracia, portanto, aliado a esses traços enfrentam por consequência uma baixa capacidade do Estado nos países latino-americanos, o que prejudica a implantação de políticas públicas de qualidade e de longo prazo, capazes de sobreviver a uma onda de estagnação ou baixo crescimento econômico.

Por fim, traçamos alguns comentários sobre na deriva a qual se encontra boa parte da esquerda latino-americana, e apontamos para a sua necessidade de encontrar uma nova narrativa frente a uma sociedade que se transformou rapidamente durante a sua passagem pelo poder. Essa necessidade de se encontrar uma narrativa para as esquerdas é derivada do fato de que nas democracias, o traçado de forças

políticas deve sempre estar em permanente disputa. Quando a balança pende muito mais para um lado, ela (a democracia) pode sofrer consequências graves, como supressão de direitos, constrangimento das minorias, hegemonia de poucos interesses no controle do Estado, dentre tantos outros.

1. Ideologia, esquerda e populismo

A ideologia é um dos conceitos centrais e um dos mais complexos da ciência política. Desde sua primeira formulação por Destutt de Tracy em fins do século XVIII até os dias atuais, seu significado sofreu diversas e importantes modificações. Essa “morfofonia” ao longo de sua existência ensejou um bom número de concepções epistemológicas sobre seu significado, significância e significação.

Destutt de Tracy foi o primeiro a utilizar o termo ideologia, e o fazia pensando na formulação daquilo que seria uma ciência das ideias (WATKINS; KRAMNICK, 1981; THOMPSON, 2011). Napoleão Bonaparte, e mais tarde Karl, Marx são aqueles a desqualificar o termo e usá-lo numa concepção negativa. Neste último, a ideologia seria uma espécie de falsa consciência acerca do sistema de ideias engendrado pela classe dominante.

Em Karl Mannheim, o conceito de ideologia volta, em certa medida, ao seu desenvolvimento original formulado por De Tracy, uma vez que para este autor a ideologia referia-se a um sistema de pensamento e ideias, conforme já afirmamos. A originalidade de Mannheim está em entender a ideologia inserida em contextos sociais e históricos, partilhados por pessoas, inclusive aquelas engajadas na análise ideológica. Segundo Thompson (2011), no entanto, o que falta na formulação de Mannheim é o caráter de dominação do conceito de ideologia.

Roy C. Macridis (1982), depois de afirmar que são muitos os significados e conotações trazidos pelo termo ideologia, ressalta que ele “frequentemente se torna, sob certas circunstâncias, um instrumento de manipulação” (1982, p. 20). E que a ideologia como conceito possui importantes funções como: solidariedade, mobilização, organização, expressão, manipulação, comunicação e afeto, no sentido de engajamento e empatia.

O conceito de ideologia usado neste trabalho é o de Thompson (2011, p. 79) que a entende como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Essas formas simbólicas podem se apresentar de variadas maneiras: discursos, textos, falas, imagens, vídeos; com o uso crescente da internet, outras formas criativas de formas simbólicas têm surgido também, como memes, e as artes mais variadas. É bom chamar a atenção para o fato de que nem todas as formas simbólicas estabelecem relações de dominação, mas nessa estrutura teórica, todas as relações de dominação podem ser entendidas como formas simbólicas.

A gênese do conceito de esquerda aparece no mesmo momento histórico que o da ideologia. Segundo Velasco e Cruz (2015), sua origem está relacionada à divisão feita nos assentos do Parlamento da

França revolucionária (1789) para facilitar a contagem dos votos acerca do direito de veto do rei. Quem sentasse a direita, seria favorável a essa proposta e quem sentasse a esquerda, seria contrário.

A partir de então, os termos esquerda e direita, que uma vez tinham sido usados para fins práticos de contagens de votos, passa a ganhar atributos fortes na sociedade. Os termos ganham a imprensa e o embate político faz uso recorrente deles como instrumentos de qualificação e desqualificação dos adversários. Quem fosse a favor da restauração dos privilégios e da Monarquia, eram rotulados como de direita, e quem era favorável ao fim dos privilégios e da igualdade colocada pela cidadania recebia, por sua vez, a pecha de esquerda.

Com o avanço do socialismo científico em fins do século XIX e do comunismo a partir da Revolução Russa em 1917, as esquerdas passaram a assumir um caráter revolucionário. Na década de 60, apareceram diversas manifestações num movimento que ficou conhecido como a Nova Esquerda¹ (MACRIDIS, 1982). Esses movimentos rejeitavam o esquema de valores dominantes, criticavam a estrutura de autoridade das sociedades, e não eram movimentos comunistas; aliás, criticavam o modo de organização social econômica e política dos países soviéticos. Nascia ali um novo tipo de esquerda, criticando o modelo de organização capitalista vigente, e também se distanciando do comunismo.

A metamorfose do conceito de esquerda vai assumindo cada vez mais um caráter pragmático e eleitoral, seja no nível da crítica à desigualdade econômica e social, seja na questão dos valores e da hierarquia autoritária do poder. Esse movimento de orientação a um maior pragmatismo acompanha a necessidade eleitoral do desenvolvimento das democracias no mundo, pois com a terceira onda iniciada em 1974 (HUNTINGTON, 1994) passa-se de 40 democracias no mundo (26% do total de países) para 121, o que significa 62% do total de países no início do século XXI (DIAMOND, 2015; DAHL, 2016).

Segundo Silva (2011), as esquerdas latino-americanas podem ser classificadas como renovadoras ou refundadoras. Renovadoras porque aceitam representar demandas dentro dos canais institucionais tradicionais da democracia, apesar de em alguns casos criar novos canais. Refundadoras, pois ainda contestam as instituições da democracia representativa. O conceito instrumental de esquerda que adotamos é o de Levitsky e Roberts (2011, p. 5) para quem esquerdas são atores com objetivos pragmáticos centrais, tais como reduzir as desigualdades sociais e econômicas.

Populismo é um conceito que nasceu em ambientes específicos e ao longo de sua evolução acumulou uma normatividade excessivamente negativa. O populismo latino-americano, por exemplo, nasceu em um período de superação do modelo oligárquico e caudilhisto do poder em que se transitava para um paradigma do Estado nacional desenvolvimentista. Essa transição é geralmente marcada pela transformação da sociedade através de uma crescente industrialização e urbanização. No entanto, é um período em que a sociedade ainda não se encontrava organizada.

¹ Ver movimento Maio de 1968, Movimento Hippie, movimento pelos direitos civis dos negros nos EUA e o movimento feminista.

O nascimento do conceito de populismo carrega consigo, portanto, suas idiossincrasias. Mas o fenômeno populista pode também ser caracterizado contemporaneamente tanto em democracias consolidadas (aquelas que têm um alto grau de institucionalização) como em democracias novas. Recentemente, os Estados Unidos elegeram um líder que pode ser caracterizado como populista, de acordo com a concepção que adotaremos aqui.

O fenômeno populista diz respeito ao líder, partido ou movimento que procure – de forma retórica ou não, isso não tem importância nessa análise – canalizar as demandas e aspirações da sociedade de forma direta em detrimento dos canais institucionais tradicionais de representação e resolução dos problemas que uma democracia apresenta.

Para Laclau (2013), ao analisarmos o populismo, devemos privilegiar o *momento equivalência* em detrimento do *momento diferencial*, afim de criar uma hegemonia através das cadeias de significados, uma espécie de identidade daquilo que formaria o “povo” do seu populismo. Essa narrativa de se privilegiar as equivalências em detrimento do diferencial é apenas uma forma mais sofisticada de negar as diferenças e o conflito presentes em uma sociedade democrática, onde o pluralismo social é uma de suas marcas centrais. Isso pode ser perigoso, uma vez que os interesses mais obscuros podem supostamente encarnar retoricamente os interesses do povo e vir a se tornar hegemônico. Os exemplos mais emblemáticos são o nazismo, na Alemanha de Hitler, e o fascismo, na Itália de Mussolini.

Dessa forma, movimentos populistas tanto de esquerda, quanto de direita têm ganhado terreno nos mais diferentes países, principalmente onde a democracia, através de suas instituições tradicionais, não tem conseguido canalizar e resolver as demandas e aspirações de uma sociedade em rápida transformação. Por isso passamos a fazer uma análise da chegada ao poder das esquerdas latino-americanas, a crise que levou ao fim da Onda Rosa e a decadência e ausência de narrativas frente a uma realidade que se transformou rapidamente nesse período em que passaram pelo poder.

2. Ascensão, crise e decadência dos governos de esquerda na América Latina

Levou certo tempo para que a maioria das esquerdas da região latino-americana aderisse, sem restrições, à democracia liberal como instrumento de acesso ao poder. E isso só foi possível com o fim da Guerra Fria através da ruína do mundo soviético, que ainda representava um símbolo alternativo de governo para a estruturação social e econômica para algumas esquerdas. No entanto, uma vez que aceitaram o método democrático (SCHUMPETER, 1984), logo trataram de ampliar a participação e os mecanismos de controle numa chave mais “cidadã” (SILVA, 2011).

Análises interessadas e alarmistas preconizaram o fim da história², com fim de um modelo de regime que pudesse concorrer com a democracia no plano político. No entanto, no fim de sua primeira década de

² FUKUYAMA, Francis. O fim da história e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

prevalência, a democracia encontrou no modelo econômico neoliberal claro sinais de esgotamento. Essa exaustão foi sentida particularmente pelos países da América Latina, vindos de reformas neoliberais, onde esses países ao se integrarem com maior profundidade no mercado financeiro global também se tornaram mais dependentes deste (LEVITSKY; ROBERTS, 2011).

O contexto orquestrado pelo Consenso de Washington gerou na América Latina baixo crescimento econômico, crises periódicas, concentração de renda e aumento da desigualdade nos países da região. Esses fatores foram canalizados e agendados nos programas partidários da esquerda, o que as tornaram “viáveis democraticamente e, na seqüência, vitoriosas” (SILVA, 2011, p. 56). Em 1998, é eleito Hugo Chávez na Venezuela, o primeiro representante da esquerda nesse novo contexto, dando início a um movimento que ficou conhecido como Guinada à Esquerda ou Onda Rosa.

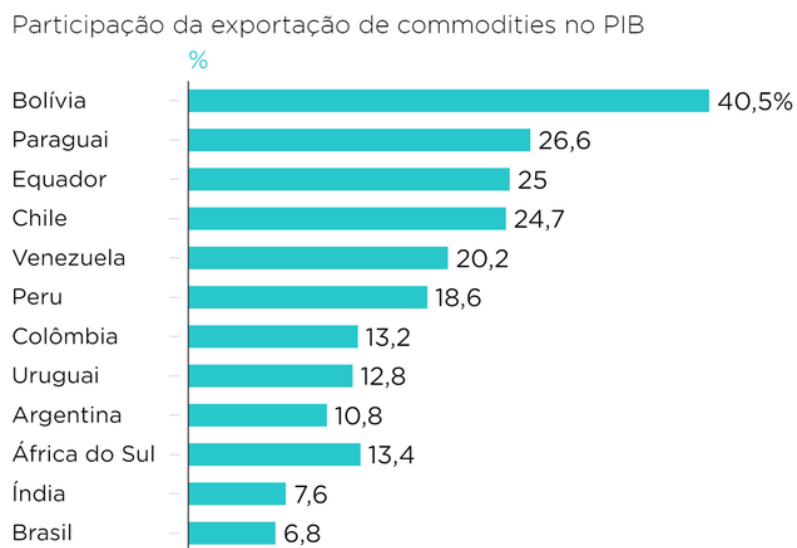
Boa parte das esquerdas latino-americanas assumiram uma narrativa discursivo-ideológica baseada no combate ao neoliberalismo. Foi o caso da narrativa do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil que começa a se avolumar, no Governo Collor e suas primeiras tentativas de privatização e abertura de mercados, se tornando mais contundente nos governos de Fernando Henrique Cardoso, e também do Movimento V República de Hugo Chávez na Venezuela. Essa narrativa logrou sucesso quando se esgotou o modelo econômico neoliberal na América Latina.

Os governos de esquerda na América Latina representavam, em muitos casos, uma alternativa ainda não tentada desde que muitos países da região se (re) democratizaram. Alguns dos governos mantiveram uma agenda econômica ortodoxa, o caso de Brasil, Chile e Uruguai (LEVITSKY; ROBERTS, 2011). No Brasil, no que se refere à agenda econômica, pouco mudou em relação ao governo anterior.

A explosão da demanda por commodities em países da América Latina afiançaram o sucesso na implementação das políticas sociais dos governos de esquerda na região, o que expandiu a sua permanência consideravelmente em muitos países da região. Se por um lado isso garantiu uma experiência na tentativa de inclusão e combate a pobreza na região, também serviu para mascarar reformas necessárias de ajuste fiscal. Quando a procura por commodities reduziu, em grande medida pela crise financeira mundial que teve seu início na crise dos mercados imobiliários norte-americanos e a desaceleração da economia chinesa, o que ficou exposto foram às fragilidades e dependência externa que muitos países da região acumularam. Veja no gráfico 1 abaixo o grau de dependência³ de alguns países:

³ Para uma investigação mais aprofundada sobre o impacto das commodities na dependência das exportações dos países ver: State of commodity dependence 2014 em http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/suc2014d7_en.pdf.

Gráfico 1: Participação da exportação de commodities no PIB dos países latino-americanos



Fonte: UNCTAD 2014

NEXO

Fonte: UNCTAD 2014 e Nexo

As commodities não foram as responsáveis por levar as esquerdas ao poder, mas foram sim, centrais no sucesso de implementação programática destas em relação às políticas sociais. Quando sua demanda reduziu consideravelmente, elas foram responsáveis pelo início do fim do ciclo das esquerdas no poder. Elas não conseguiram romper com a *inércia democrática* em seus países, uma vez que avançaram nas dimensões eleitorais, mas não conseguiram melhorar as condições materiais e sociais de suas populações (BAQUERO, 2013). As experiências de esquerda na América Latina começaram a ruir, e a cultura política da região tem tratado cada caso com sua especificidade.

No caso da Venezuela, a liderança carismática de Chávez levou a um caminho de personalização do poder em detrimento das instituições democráticas. Pode-se afirmar que desde o plebiscito sobre a mudança da constituição venezuelana há um crescente constrangimento da oposição para eliminação da competição eleitoral. O “golpe de misericórdia” foi dado pela decisão da Justiça de fechar o Congresso esse ano.

O Brasil passou por um processo de impeachment traumático, que acentuou ainda mais a divisão social existente e a democracia do país passa por um momento difícil depois que boa parte da elite política está implicada em denúncias de corrupção, incluindo o vice-Presidente Michel Temer que assumiu no lugar da presidente impeachmentada Dilma Rousseff. Algumas análises do cenário da crise política brasileira não deixam de refletir a polarização política e a divisão social existente. Algumas chamam o processo de impeachment de Golpe⁴, enquanto outras acreditam que as pedaladas por si só configurariam crime de responsabilidade.

⁴ Ver JINKINGS, Ivana; DORIA Kim; CLETO, Murilo (Orgs). Por que gritamos golpe. São Paulo: Boitempo, 2016.

A realidade aponta para o fato de que, o fim do ciclo da Onda Rosa que promoveu a experiência dos governos de esquerda em muitos países da América Latina, pode estar inscrito em um processo mais amplo de crise do modelo de democracia liberal, onde presenciamos o retorno ao nacionalismo protecionista, xenofóbico, de combate às diferenças e minorias. A adesão aos valores democráticos tem recuado em todo o mundo, tanto em democracias longevas, quanto nas mais recentes. A atenção para a situação da democracia na América Latina deve ser reforçada, pois a cultura política da região contém traços que podem fazê-la erodir muito mais rapidamente.

3. Uma análise sob a lente da cultura política

A América Latina faz parte de uma zona cultural que carrega consigo traços e valores que, em grande medida, não determina, mas condiciona os passos dados em direção a sua evolução. Ela é católica e foi colonizada de forma exploratória em sua maior parte por espanhóis ou portugueses. O impacto das tradições religiosas no desenvolvimento econômico e político já foram ressaltados por Weber (1981) e Huntington (2002). Inglehart (2009) igualmente reforçou que dois fatores históricos são importantes para entender o desenvolvimento econômico, político e social dos países: sua tradição religiosa e suas histórias coloniais.

Historicamente, as instituições religiosas protestantes ajudam a promover o que Weber (1981) denominou de “ética protestante”. Baseados na tradição do trabalho, família e religião, os protestantes, além de promover o que o autor denominou de os “alicerces” do capitalismo, também contribuíram para desenvolver níveis elevados de confiança interpessoal e um alto grau de pluralismo cultural. Todos esses fatores concorreram para que a industrialização tenha “ocorrido nos países protestantes mais cedo do que no restante do mundo” (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 99).

Nas tradições católicas, o caso da América Latina, ao contrário, o impulso de aquisição sempre fora condenado, a busca de uma vida mais tranquila sempre fora o principal alvo das atenções da ética católica, como distingue Max Weber em referência ao provérbio “coma ou durma bem”: “o protestante prefere saciar-se, e o católico dormir sem ser perturbado” (WEBER, 1981, p. 23). Nesse argumento, não é só o desenvolvimento econômico que a tradição religiosa católica mina, ela também impediria o desenvolvimento dos laços sociais horizontais, por se apresentar sempre de forma hierarquicamente vertical, e altamente centralizada.

A gênese do Estado também ajuda a entender a formação e a relação da sociedade com o Estado. A América Latina foi explorada através da obra de expansão mercantilista portuguesa, espanhola e, em menor medida, holandesa e francesa. Diferente dos Estados europeus que percorreram um longo caminho de concentração da coerção e do capital (TILLY, 1996), os Estados latino-americanos foram formados sem antes de neles haverem sociedades.

As grandes extensões de lavoura e a necessidade de uma mão de obra abundante foram alguns dos fatores que levaram ao recurso da escravidão. A concentração de grandes áreas de terra nas mãos de poucos condicionaria aos fenômenos do caudilhismo e da oligarquia na região. Diante de uma sociedade desorganizada, maciçamente analfabeta e dependente, ganham contorno dois traços característicos da região: o personalismo e o clientelismo político. O patrimonialismo sempre esteve presente nessas sociedades, desde sua distribuição original para fins de exploração e em nome do desenvolvimento político, entendia-se a atuação institucional como parte do instrumento pessoal do líder político, seja para obter riqueza, ou para angariar, também, prestígio e poder. À medida em que os países latino-americanos aceleram os processos de substituição das importações pela industrialização, a urbanização se acentua, no entanto, ainda desorganizada. O fenômeno que surge para manobrar essa massa ainda dispersa, e que estará ora mais visível e ora velado na vida política nacional desses países é o populismo.

De fato, o populismo não esteve sempre presente nos governos de esquerda da América Latina. Em alguns casos como o da Venezuela, houve uma perigosa mistura de personalismo político mais acentuado com o populismo, que acabou minando primeiramente a concorrência política e, depois, grande parte do sistema judicial do país. No Brasil, no que tange aos dois primeiros governos de esquerda, a característica central era a presença de uma liderança carismática. Diferente de Chávez, Lula, no Brasil, deu sequência a uma política econômica ortodoxa deixada pelo seu antecessor e continuou a fazer um jogo democrático, no entanto, dentro de um quadro de crescente clientelismo e cooptação⁵ que envolveu as esferas privada e pública em interesses pessoais e partidários.

Traços como o personalismo, clientelismo, patrimonialismo e populismo sempre estiveram presentes em graus variados na prática política dos países latino-americanos. Todos eles impõem sérias restrições à institucionalização democrática uma vez que, se servem das instituições para fins pessoais, ou as menosprezam em detrimento de um poder pessoal. O caso tem se agravado uma vez que a sociedade contemporânea tem pressionado cada vez mais suas democracias por maior responsividade em relação às suas aspirações e demandas. Isso tem levado a uma crise das instituições representativas liberais centrais como Partidos Políticos e os Parlamentos. Essa crise traz diferentes impactos em democracias consolidadas e em democracias ainda jovens que não conseguiram um grau razoável de institucionalização.

3.1 Crise nas democracias liberais

A crise da democracia liberal, mais especificamente, a crise das instituições de representação do modelo de democracia liberal tem convergido para o mesmo tema pesquisas de diferentes filiações teóricas. Em uma linha culturalista, Robert Putnam (2000) argumentou que a queda nos estoques de capital social nos Estados Unidos tem levado também a uma menor confiança institucional. Pippa Norris (2011) tem

⁵ O caso do Mensalão foi o mais notório de todos. Outros têm sido revelados com os avanços das operações da Lava-Jato.

detectado a emergência do que denominou de *cidadãos críticos*, ou seja, indivíduos orientados cada vez mais por valores pós-materialistas com elevada capacidade cognitiva sobre o campo da política, mais expostos e sensíveis ao noticiário negativo e, portanto, mais críticos aos agentes políticos e às instituições.

Em uma vertente teórica institucionalista, Philippe Schmitter (2016) deu ênfase a uma nova fase de transição pela qual passa a democracia. Para ele, as antigas formas de representação já não dão conta de atender às demandas, cada vez mais urgentes, das sociedades contemporâneas. Seria necessário, segundo ele, desenvolver novos mecanismos de canalização das demandas e aspirações das sociedades contemporâneas, e os exemplos destacados pelo autor vão desde os plebiscitos e referendos, passa pelos orçamentos participativos, até o financiamento público de campanha, sistema de quotas para mulheres e minorias e o uso cada vez mais indiscutível da tecnologia por parte da sociedade para subsidiar e legitimar a tomada de decisões dos representantes.

Essas análises focam centralmente as democracias de países desenvolvidos. Se a democracia nesses países tem encontrado resistência crescente no apoio de seus cidadãos às suas instituições centrais como Partidos Políticos, Parlamento e o processo eleitoral, o caso se agrava quando as análises se voltam para países que importaram esse modelo liberal de democracia. No caso da América Latina, a crise no apoio à democracia vem recheada de ingredientes que agravam a situação.

3.2 América Latina e a importação dos modelos de democracia liberal

Os Estados latino-americanos foram antes uma imposição das metrópoles mercantilistas em suas novas formas de alavancarem suas economias que uma evolução institucional política de suas sociedades. A partir de Estados transplantados, os países da América Latina importaram ou inspiraram-se nos principais modelos de democracias ocidentais como os Estados Unidos, França e Inglaterra para a formação de sua arquitetura democrática de governo.

O processo histórico que culminou nos arranjos democráticos dos países ocidentais no norte, no entanto, é muito distinto do que levou à democracia os países da América Latina. Enquanto no norte a formação do Estado Nacional levou ao surgimento de instituições representativas aristocráticas, que foram se democratizando em um processo intenso de luta social por ampliação de direitos civis e políticos, na América Latina, as instituições representativas ao longo de suas histórias nunca foram submetidas a uma pressão social para que se democratizassem, salvo raras exceções em momentos singulares, como no surgimento de sindicalismo reformado.

A democracia na América Latina, na maioria dos casos, foi o resultado de pactos verticais (O'DONNELL; SCHMITTER; WHITEHEAD, 1988) feitos entre elites e setores militares, o que fez com que na sua gênese, ela nascesse regulada. As pressões vindas da sociedade que as instituições representativas das democracias consolidadas sofreram ao longo de seu processo evolutivo foram importantes para seu grau

de institucionalização, e se elas passam por uma crise hoje, é porque não estão mais conseguindo se constituírem em canais legítimos de representação para essa sociedade que desponta.

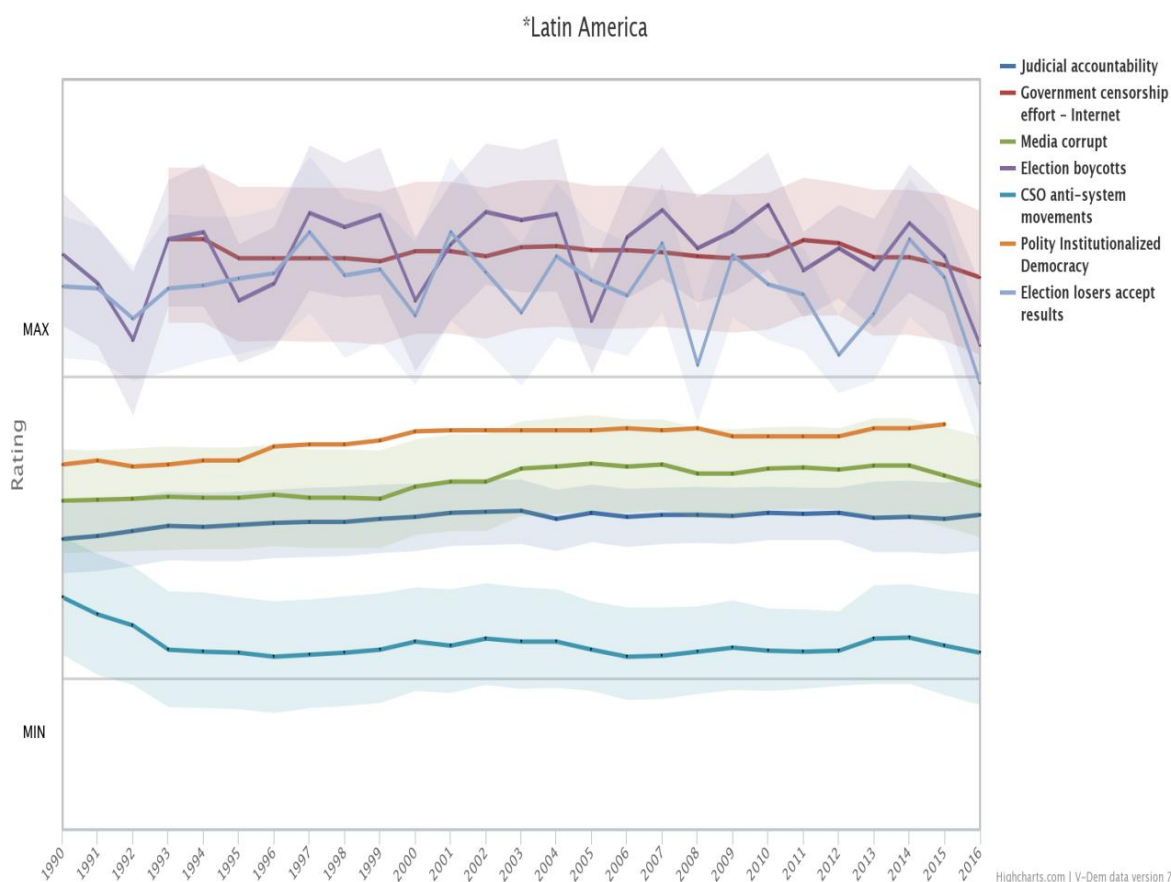
Historicamente, as instituições das democracias latino-americanas não se legitimaram a partir de pressões canalizadas na sociedade e hoje enfrentam o seguinte dilema: na ausência de um grau razoável de institucionalização, estão tendo que enfrentar aspirações e demandas sociais em rápida agitação e pressionando por soluções urgentes e legítimas. É por esse motivo que a crise da democracia liberal afeta em um maior grau as democracias da América Latina em seu modelo importado. Conseqüentemente, os traços apresentados acima constituintes da cultura política na região são elementos importantes a serem considerados em análises mais expandidas.

O gráfico 2 abaixo, retirado do projeto Variedades de Democracia (V-Dem)⁶, diz respeito a alguns aspectos da institucionalização democrática na América Latina. As três linhas de cima mostram que os governos latino-americanos têm tentado impor uma censura maior à internet, que grupos têm aumentado o boicote às eleições e que tem aumentado consideravelmente o número de perdedores que não aceitam a derrota nas urnas. O gráfico revela também que tem aumentado o número de movimentos antissistema e mostra que aumentou o grau de corrupção da mídia. O único dado positivo é o de um leve aumento da *accountability*⁷ do poder judiciário. Todos esses indicadores caminham no sentido de declínio no grau de institucionalização da democracia na América Latina, mesmo que pese a variável “institucionalização democrática” ter tido um leve aumento, trata-se apenas da sua dimensão eleitoral.

⁶ O Variedades de Democracia (V-Dem) é uma abordagem que mede a democracia em suas dimensões eleitoral, liberal, participativa, deliberativa, igualitária, majoritária e consensual, através de uma colaboração de mais de 50 estudiosos em todo o mundo. É co-organizado pelos departamentos de Ciência Política da universidade de Gotemburgo (Suécia) e o Instituto Kellogg da Universidade de Notre Dame (EUA). Sítio: <https://www.v-dem.net/en/>.

⁷ O conceito de *accountability* usado neste trabalho é o delimitado por Schedler (1999, p. 17 *apud* MORLINO, 2010) que, segundo o autor, possui três características principais: informação, justificação e punição/compensação. Primeiramente deve se receber a informação sobre o ato ou ação política, a partir disso é gerada uma reflexão sobre essa informação, finalizando com uma compensação de apoio ou punição com o não apoio.

Gráfico 2: Aspectos da institucionalização democrática na América Latina



Fonte: Projeto Variedades de democracia. Indicadores analisados: *accountability* do poder judicial, censura do governo sobre a internet, corrupção da mídia, boicotes às eleições, movimentos antissistemas, o aceite da derrota nas urnas pelos perdedores das eleições e o grau de institucionalização democrática.

3.3 Baixa capacidade dos Estados latino-americanos

A capacidade do Estado é um instrumento importante para compreender a democratização, consolidação e qualidade do regime nos países da América Latina. Tilly (2013) chama a atenção para o fato de que nenhuma democracia pode funcionar se o Estado não possui a capacidade de programar, implementar e supervisionar as decisões realizadas através dos processos políticos públicos.

Pippa Norris (2012) entende que a capacidade do Estado está diretamente ligada à qualidade da democracia, e a distinguiu baseada em duas dimensões weberianas: a primeira é o Estado como detentor do monopólio legítimo da violência e sua competência para garantir a segurança e Estado de direito (*rule of law*), garantindo o império da lei (*enforcement of law*); a segunda é a qualidade do corpo burocrático para entregar bons serviços, a partir de características como meritocracia, plano de carreira avançado, independência das pressões que a conjuntura política fomenta, e controle da corrupção.

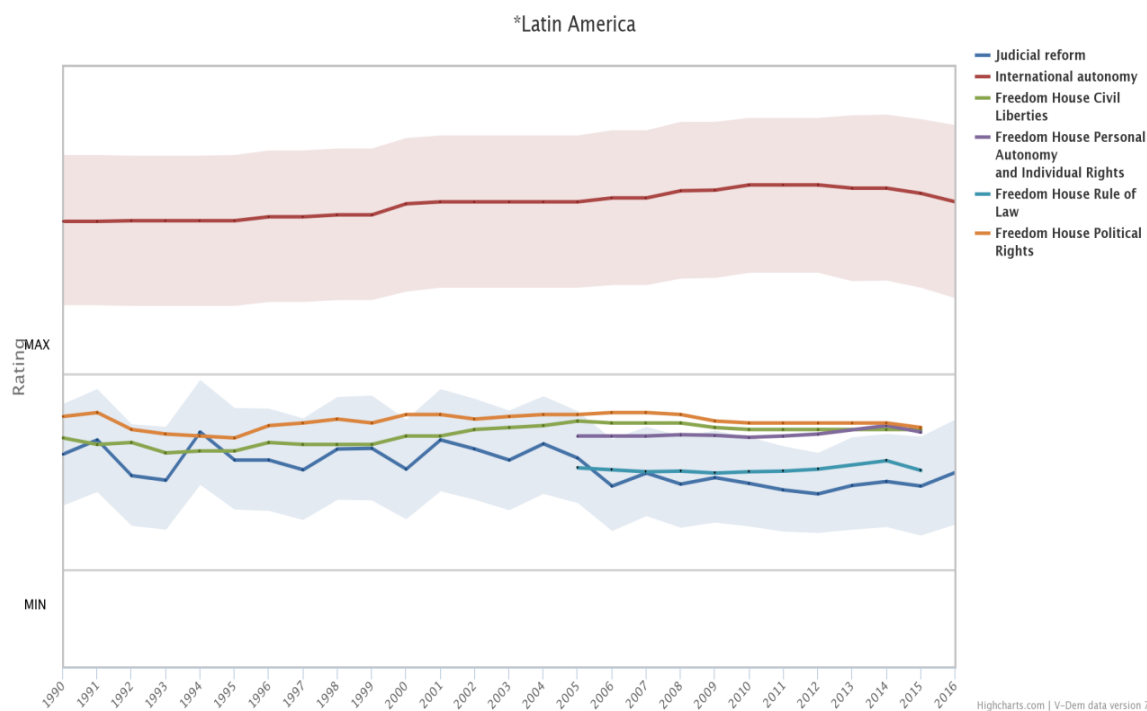
Fukuyama (2015) argumenta para a presença de uma incapacidade de institucionalização do Estado em democracias da terceira onda, onde estas, por sua vez, não têm conseguido atender a crescente demanda popular por *accountability* democrática. No caso da América Latina, como afirmamos, a análise dessa dimensão não pode ser dissociada da questão cultural, onde os resíduos de um passado colonial caudilhista e escravocrata continuam a intrometer-se no futuro dos países.

De acordo com os dados do Latinobarômetro⁸ de 2015, 60% dos latino-americanos estão insatisfeitos com a democracia em seus países, apesar de 76% responderem que a democracia é a ainda melhor forma de governo. Quando perguntados se tem havido progresso no combate a corrupção, mais de 65% dizem que não, e quando a pergunta se volta para questões como funcionamento do sistema judicial, dos hospitais e transporte público, mais da metade (50%), dizem estar insatisfeitos com esses serviços. Na percepção da população latino-americana, portanto, os governos de seus países não têm conseguido entregar a eles serviços públicos de qualidade.

No gráfico 3 abaixo também extraído do Variedades de Democracia (V-Dem) podemos ver alguns elementos que fazem referência ao Estado de direito e capacidade de Estado da América Latina. Nele observamos que apenas a reforma judicial teve uma leve melhora, enquanto que em liberdades civis, direitos políticos, autonomia pessoal, autonomia internacional e o próprio indicador “Estado de direito” tiveram declínios. Isso é revelador, pois aponta para uma capacidade de Estado fragilizada em grande parte da extensão de suas dimensões.

⁸ A Corporação Latinobarômetro é uma ONG com sede na cidade de Santiago, no Chile, que investiga o desenvolvimento da democracia, da economia e da sociedade como um todo em países da América Latina, usando para isso indicadores que medem as atitudes, valores e comportamentos. Sítio: <http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>.

Gráfico 3: Aspectos da Capacidade do Estado na América Latina



Fonte: Projeto Variedades de Democracia. Indicadores analisados: reformas do poder judicial, autonomia internacional, liberdades civis, autonomia pessoal e direitos individuais, Estado de direito e direitos políticos.

4. As esquerdas latino-americanas e a busca de uma nova narrativa discursivo-ideológica

As esquerdas latino-americanas com maior grau de institucionalização do sistema político democrático, conforme aponta Silva (2011) já vem relativizando a crítica ao seu inimigo instrumental que é o neoliberalismo. Após a passagem de grande parte das esquerdas pelo poder, e que na maior parte dos casos mantiveram uma política econômica ortodoxa (Brasil, Chile e Uruguai) ou heterodoxa (Argentina, Bolívia e Equador) e menos estatista (Venezuela) (LEVITSKY; ROBERTS, 2011), restou pouco para se combater da agenda neoliberal. Na América Latina, assim como no restante do mundo, a agenda liberal parece ter se esgotado, enquanto por outro lado há um ressurgimento do nacionalismo protecionista.

As esquerdas latino-americanas que saíram do poder, ou no caso da brasileira que foi retirada, ainda se encontram em fase de reestruturação discursiva. Durante o ciclo de permanência da chamada Onda Rosa, a sociedade se transformou numa velocidade acentuada. Podemos dizer que passou de uma de tipo analógica para de tipo digital, pois grande parte dessas transformações está relacionada às formas como elas se informam e se relacionam através de uma sociedade cada vez mais em rede (CASTELLS, 2002). Uma transformação radical está modificando também a forma como as sociedades entendem e se submetem a diferentes formas de autoridade, como destacou Bauman (2001, p. 212), o Estado não fornece mais uma ponte segura, nem para o indivíduo, nem para a sociedade.

As redes sociais estão implodindo a outrora forma vertical de relação entre autoridade e indivíduo, e estão colocando pressão numa mudança de comportamento intra-elites. Mas elas também estão obrigando os meios de comunicação a se ajustarem aos novos tempos. Não é incomum, hoje, vermos editoriais mudando sua linha de editorial da noite para dia e vice versa. A briga pela ocupação desses espaços de poder está sendo preenchida, em parte, pelo crescente uso operacional dos *Think Thanks*⁹. Nesse aspecto, os movimentos de direita tem ganhado um terreno importante, porque saíram na frente (ROCHA, 2015).

Onde as esquerdas saíram ou foram retiradas do poder, uma calibragem na narrativa discursivo-ideológica parece estar ocorrendo, no entanto, onde elas ainda permanecem, como no caso as Venezuela, uma degradação da democracia já se tornou irreversível. No caso venezuelano, a limitação da competição política, seja ela por meio da cooptação ou pela reconfiguração das normas constitucionais, constitui o exemplo mais visível a observadores menos atentos, ao fato que o uso do personalismo político aliado a um populismo, criam uma situação vulnerabilidade institucional que será exposta a primeira crise existente, seja ela econômica, social ou política.

Formas discursivo-ideológicas pouco claras e sem efeito pragmático sobre a realidade dos países latino-americanos têm surgido. É o caso do *Bem Viver*¹⁰ na Bolívia e o *Socialismo do Século XXI* na Venezuela. No primeiro caso, apesar de negarem que seja uma espécie de capitalismo de Estado, este atua como ator central na produção e distribuição da riqueza e se aproxima mais de uma doutrina metafísica ao tentar conciliar o modo de apropriação do capitalismo contemporâneo com formas sustentáveis de criação de riqueza e harmonização com a natureza. Já no segundo, no segundo Biarreau (2009) se trata de uma reorientação da narrativa ideológica em uma perspectiva moralista e imperativa que concentra-se na visibilidade do líder numa definição de projeto hegemônico, em detrimento da subordinação do protagonismo popular. Ambos caminham no sentido contrário de maior institucionalização democrática.

Conclusão

As democracias latino-americanas possuem um menor grau de institucionalização que suas congêneres do norte. Traços presentes em maior ou menor grau na cultura política da região como o personalismo, clientelismo, patrimonialismo e o populismo constituem fatores explicativos importantes dos motivos da vulnerabilidade nas governanças em geral dos países latino-americanos. Mas esses fatores são explicativos apenas em parte, pois cada país possui uma história única que, aliada a um contexto conjuntural específico, podem gerar configurações diferentes de acesso, permanência e derrocada do poder.

⁹ Os *Think Thanks* são instituições que geram, exploram e compartilham dados, ideias e pensamentos de modo ideologicamente orientado, com o objetivo de influenciar as decisões políticas.

¹⁰ Ver Álvaro García Linera, *Las tensiones creativas de La revolución: La quinta fase Del proceso de cambio*. Disponível em <http://www.rebelion.org/docs/134332.pdf>, em 14/08/2018.

A América Latina apresenta uma ambiguidade curiosa que, ao importar o modelo de democracia liberal dos países desenvolvidos, não atentou para a permanente renovação dos germes em sua cultura política que a impede de consolidar suas instituições democráticas. Essa fragilizada institucionalização democrática favorece que governos democraticamente eleitos sejam subtraídos do poder por meios nada ortodoxos. Aliás, nesse processo podemos perceber que na América Latina os meios são os que menos importam, pois podem ser fabricados para situações específicas no interior de cada democracia.

Diante da fragilizada institucionalização democrática nos países da América Latina, os governos ficam dependentes, para a sua sobrevivência, unicamente da variável econômica. Os governos de esquerda que passaram pelo poder tiveram a oportunidade de reformar seus Estados, pois navegaram em uma onda de crescimento econômico que beneficiou toda a região e deu aporte para a formação de amplas coalizões, no entanto, ao invés de seguir esse caminho, preferiram alongar sua permanência no governo através de políticas públicas sociais pragmáticas, nas quais esperariam o retorno rápido de um apoio certo para sua permanência no poder.

Referências

BAQUERO, Marcello. **Qual democracia para a América Latina?:** capital social e empoderamento são a resposta?. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BIARDEAU, Javier R. Del árbol de las tres raíces al “socialismo bolivariano del siglo XXI”: una nueva narrativa ideológica de emancipación?, **Revista venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, vol. 15, n. 1, ener-abr, p. 57-113, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo, Paz e Terra, 2002.

CRUZ, S. C. V. Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) a partir do Brasil no momento atual. In: CRUZ, S. C. V; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs). **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileira. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2015.

DAHL, Robert A.. **Sobre a democracia.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

DIAMOND, Larry. **O espírito da democracia:** a luta pela construção de sociedades livres em todo o mundo. Curitiba: Instituto Atuação, 2015.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do poder:** formação do patronato político. São Paulo: Globo, 2012.

FUKUYAMA, Francis. Why democracy is performing so poorly?. **Journal of Democracy**, 26(1): 11-20, 2015.

HUNTINGTON, Samuel P.. **A Terceira Onda:** A Democratização no Final do Século XX. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **A cultura importa:** os valores que definem o progresso humano. Rio de Janeiro: Record, 2002.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia:** e sequência do desenvolvimento humano. São Paulo: Francis, 2009.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista.** São Paulo: Três Estrelas, 2013.

- LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth M. The resurgence of the Latin American Left. Baltimore: **The Johns Hopkins University Press**, 2011.
- MACRIDIS, Roy C. **Ideologias políticas contemporâneas: movimentos e regimes**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe; WHITEHEAD, Laurence. **Transições do regime autoritário**. São Paulo: Vértice, 1988.
- NORRIS, Pippa. **Democratic deficit: critical citizens revisited**. Spring: Cambridge University, 2011.
- _____. **Making democratic governance work: the impact of regimes on prosperity, welfare and peace**. New York: Cambridge University, 2012.
- PUTNAM, Robert D. **Boling alone: the collapse and revival of American community**. New York: Simon & Schuster, 2000.
- ROCHA, Camila. Direitas em rede: think thanks de direita na América Latina. In: CRUZ, S. C. V; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs). **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileira. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2015.
- SCHMITTER, Philippe C. Crisis and transition, but not decline. **Journal of Democracy**, vol. 26, n. 1, p. 32-44, janeiro, 2015.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1982.
- SILVA, Fabricio Pereira da. **Vitórias na crise: trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011.
- TILLY, Charles. **Capital, coerção e estados europeus**. São Paulo: Edusp, 1996.
- _____. **Democracia**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- WATKINS, Frederick M.; KRAMNICK Isaac. **A idade da ideologia: pensamento político de 1750 até o presente**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.
- WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 2.ed. São Paulo: Pioneira; Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1981.